

Relatório **2021**



**INSTITUTO
COOPERFORTE**



CONSELHO DELIBERATIVO

Conselheiros Efetivos

José Valdir Ribeiro dos Reis - Presidente

Edson Machado Monteiro

Kedson Pereira Macedo

Adézio De Almeida Lima

Ilda Ribeiro Peliz

Maria De Jesus Demétrio Gaia

Roberto Luiz Benkenstein

CONSELHO FISCAL

Conselheiros Efetivos

José Alípio Dos Santos

Paulo Sérgio Navarro

Levi Pereira da Rocha

Conselheiros Suplentes

Benito Lima Vasconcelos

Luciano Nóbrega Queiroga

Márcia Gobati Politi

COMITÊ EXECUTIVO

José Rogaciário dos Santos - Presidente

Paulo Odair Pointevin Frazão - Superintendente

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	5
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7

IDEOLOGIA

Propósito

Transformar realidades socioeconômicas de pessoas e organizações sociais, em sintonia com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Negócio

Inclusão socioprodutiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio de projetos e ações com o objetivo de promover o desenvolvimento humano e profissional.

Valores

- Solidariedade
- Sustentabilidade
- Integridade
- Diversidade
- Cidadania

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados associados,

Cumprindo o Propósito de Transformar realidades socioeconômicas de pessoas e organizações sociais, em sintonia com Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), está disponível o Relatório do Instituto Cooperforte, referente ao exercício 2021, contendo as atividades realizadas e os resultados obtidos no período.

O Relatório foi elaborado com base no Estatuto Social e as demonstrações financeiras observam as normas contábeis aplicáveis às organizações do Terceiro Setor.

No período, ocorreram mudanças e impactos de toda ordem na Sociedade - sobretudo no Terceiro Setor, em que não só os mais vulneráveis, mas as próprias Organizações da Sociedade Civil (OSC) tiveram suas ações comprometidas - que ensejaram ao Instituto buscar alternativas mais condizentes à nova realidade que se impôs.

Nessa linha, diante da necessidade de revisitar sua forma de atuação, o Instituto adequou seu modelo de negócio para 2022, com o intuito de desenvolver parcerias de longo prazo e alcançar mais eficiência no propósito de inserção de pessoas no mundo do trabalho.


Em dezembro/2021, com orientação e apoio da Instituidora, foi publicado o Edital de Chamada Pública, tendo como foco a seleção de organizações sociais com impacto social junto às comunidades, para apoiar projetos de desenvolvimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, no período de 2022 a 2024, visando a qualificação ou requalificação profissional de jovens e adultos.

A partir disso, serão selecionadas instituições que se enquadrem no perfil definido no Edital (Organizações da Sociedade Civil (OSC), sem finalidade lucrativa, legalmente constituídas no país, adimplentes com suas obrigações fiscais, com o mínimo de cinco anos de existência; e Cooperativas legalmente constituídas no país há mais de cinco anos), que se mostrem interessadas na parceria, com garantia de apoio financeiro a um projeto por ano, no período de 2022 a 2024.

As propostas devem contemplar o projeto detalhado a ser executado durante o ano de 2022 e também os pré-projetos previstos para 2023 e 2024, nos termos do Edital e devem estar alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, visando atender principalmente aos princípios de Educação de Qualidade (ODS 4) e Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8).

O apoio financeiro máximo, por projeto, será de até R\$ 90 mil, para atender, prioritariamente, jovens e/ou adultos com idades entre 18 e 40 anos, em situação de vulnerabilidade social, com renda familiar de até três salários-mínimos; e/ou pessoas com deficiência.

No exercício de 2021, foi concluída a execução de 8 (oito) projetos oriundos do Edital 2019/2020, retomados no exercício de 2021, beneficiando 230 pessoas com a formação nas áreas de tecnologia, administrativa, beleza e bem-estar, dentre outras. Os projetos tiveram um percentual de inserção de 41%, abaixo da meta de 70%, em função do cenário econômico e dos níveis de desemprego atualmente observados no país. Os desembolsos com esses projetos atingiram R\$ 1.660 mil,



correspondentes a 61,85% do total de R\$ 2.702 mil previstos para o exercício.

As despesas administrativas foram de R\$ 828 mil, em 2021, com aumento de 10,70% em comparação com o exercício de 2020. Ao final do ano, os dispêndios totais do Instituto somaram R\$ 2.490 mil, representando declínio de 10,84% em relação ao ano anterior, quando totalizaram R\$ 2.700 mil.

No campo social, houve articulação dos funcionários da COOPERFORTE e do Instituto que - sensibilizados pelo agravamento da fome pelo País, em nítida sintonia com os ODS 1 - Erradicação da Pobreza e ODS 2 - Fome Zero da ONU - com arrecadação de recursos para compra e doação de alimentos a instituições que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social. Foram doadas 19,6 toneladas de alimentos (além de materiais de limpeza, higiene, cobertores e EPIs) para 29 instituições, beneficiando 5.416 pessoas.

Em setembro/2021, foram retomadas as atividades presenciais, em conformidade com as medidas legais e sanitárias vigentes.

Em novembro/2021, o Instituto e a COOPERFORTE participaram da 8ª Semana Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) para disseminar os conceitos e ensinamentos da educação financeira, com a série "Nossa relação com o dinheiro", contendo seis vídeos abordando temas como orçamento e planejamento, poupança, investimentos, consumo e crédito & endividamento. Os vídeos foram disponibilizados nas redes sociais (Instagram, Facebook e YouTube) do Instituto e de sua Instituidora, bem como nos canais internos de comunicação. O Instituto agradece a todos que contribuíram para a realização do propósito em 2021, com registro especial à COOPERFORTE, sua diretoria, colaboradores, conselheiros e associados que, em conjunto, constituem suporte indispensável para o melhor cumprimento desta jornada, executada com os melhores esforços e dedicação.

A Administração.



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores em unidades de Reais)

ATIVO	NOTA	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		7.147.919	6.438.669
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.026.963	6.180.818
Créditos		110.795	248.898
Adiantamentos e antecipações		1.800	-
Valores a receber		108.995	248.898
Valores a recuperar		208	208
Despesas antecipadas		9.953	8.745
ATIVO NÃO CIRCULANTE		18.945	34.641
PERMANENTE		18.945	34.641
Investimentos	5	233	227
Imobilizado	6	18.712	34.414
TOTAL DO ATIVO		7.166.864	6.473.310
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE		176.856	123.546
Salários a pagar		-	1.246
Encargos sociais	7	27.418	27.908
Obrigações tributárias	8	11.495	8.147
Férias e encargos a pagar		137.944	86.245
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	6.990.008	6.349.764
Patrimônio social		6.349.764	5.517.401
Superavit do exercício		640.244	832.363
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.166.864	6.473.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



2.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Valores em unidades de Reais)

DESCRIÇÃO	NOTA	2021	2020
RECEITAS OPERACIONAIS		3.129.221	3.565.630
Com restrição		-	21.840
Trabalho Voluntário	10	-	21.840
Sem restrição		3.129.221	3.543.790
Receitas de serviços prestados			
Contribuições e doações	11	2.727.104	3.250.201
Rendimentos financeiros	12	402.117	293.589
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(1.660.349)	(1.984.564)
Com Programas (Atividades)			
Educação	13	(1.660.349)	(1.962.724)
Trabalho voluntário	10	-	(21.840)
RESULTADO BRUTO		1.468.872	1.581.066
DESPESAS OPERACIONAIS		(828.628)	(748.703)
Administrativas		(630.384)	(623.374)
Operacionalização técnica e administrativa	14	(359.891)	(340.395)
Impostos e taxas	15	(13.672)	(8.000)
Aluguéis		(66.761)	(66.757)
Prestadores de serviços	16	(96.216)	(64.459)
Informática		(19.903)	(49.877)
Telefone e internet		(58.238)	(76.902)
Depreciação e amortização		(15.703)	(16.984)
Outras (despesas)/receitas operacionais	17	(198.244)	(125.329)
SUPERAVIT DO PERÍODO		640.244	832.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores em unidades de Reais)

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 01/01/2020	9.842.269	(4.324.868)	5.517.401
Transferência para o patrimônio líquido	(4.324.868)	4.324.868	-
Superavit do exercício	-	832.363	832.363
Ajustes de exercício anterior	-	-	-
Saldos em 31/12/2020	5.517.401	832.363	6.349.764
Transferência para o patrimônio líquido	832.363	(832.363)	-
Superavit do exercício	-	640.244	640.244
Saldos em 31/12/2021	6.349.764	640.244	6.990.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores em unidades de Reais)

DESCRIÇÃO	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superavit líquido do exercício	640.244	832.363
Ajustes	15.703	16.984
Depreciações e amortizações	15.703	16.984
Resultado ajustado	655.947	849.347
Varição nos ativos e passivos	190.205	(150.063)
(Aumento)/redução em valores a receber	139.902	(115.137)
(Aumento)/redução em adiantamentos e antecipações	(1.800)	2.194
Redução em valores a recuperar	-	(207)
(Aumento)/redução de despesas antecipadas	(1.208)	4.517
Aumento/(redução) de salários a pagar	(1.246)	(656)
Aumento/(redução) em obrigações previdenciárias	(490)	(16.002)
(Redução) em obrigações tributárias	3.348	(782)
Aumento/(redução) em férias encargos a pagar	51.699	(23.991)
Geração de caixa nas atividades operacionais	846.151	699.283
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(Aumento) líquido de investimento	(6)	(5)
(Aumento) aquisição de imobilizado	-	(8.492)
Aplicação de caixa nas atividades de investimentos	(6)	(8.497)
FLUXO DE CAIXA TOTAL	846.145	690.786
Saldo inicial de caixa e equivalentes	6.180.818	5.490.033
Saldo final de caixa e equivalentes	7.026.963	6.180.818
AUMENTO/(REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	846.145	690.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.5 NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional

A ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO HUMANA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – INSTITUTO COOPERFORTE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, constituída em 23/03/2003, com sede em Brasília-DF, tem a finalidade de promover: o desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza tendo presentes os direitos humanos, a democracia e os valores e os princípios cooperativistas universais; o desenvolvimento de pessoas de baixa renda, mediante educação e capacitação profissional que permitam sua inserção nos contextos social e econômico; o desenvolvimento e a difusão do cooperativismo; o empreendedorismo e desenvolvimento sustentável agregado aos eixos social, ambiental e econômico; o voluntariado; a assistência social e experiências não lucrativas de novos sistemas alternativos de emprego e crédito.

O Instituto Cooperforte tem como Instituidora a COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DE FUNCIONÁRIOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS FEDERAIS LTDA – COOPERFORTE, que contribui regularmente para o Instituto. As contribuições são destinadas à consecução dos objetivos sociais do Instituto em atendimento ao 7º Princípio Universal do Cooperativismo: Interesse pela Comunidade.

No exercício de 2021, o Instituto Cooperforte esteve presente praticamente em todas as regiões do país, por meio de projetos promovendo a qualificação profissional nos segmentos de Beleza e Estética, Artesanato, Tecnologia, Segurança, Vendas e Administrativo, totalizando mais de 2000 horas de treinamento contemplando cerca de 230 pessoas.

Em dezembro/2021, o Instituto Cooperforte lançou o edital de chamada pública para selecionar e apoiar até 30 organizações sociais com projetos voltados à inserção no mundo do trabalho, por intermédio da qualificação profissional de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social.

O Instituto retomou as atividades presenciais em setembro/2021, de maneira gradativa, observando as exigências protocolares estabelecidas pelas autoridades sanitárias.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Instituto Cooperforte, em 07/04/2022, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros e da NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas.

As demonstrações financeiras e todas as informações deste documento estão expressas em unidades de Reais (R\$), que é a moeda funcional corrente no País e utilizada pelo Instituto.

O Instituto adota estimativas para mensurar vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e intangível, passivos contingentes, dentre outros ativos e passivos. Apesar dos resultados reais poderem apresentar variação em relação à observância do princípio de competência, o Conselho Deliberativo entende que as premissas adotadas para as suas estimativas são as melhores para representar fielmente a posição financeira e patrimonial da entidade em suas demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Instrumentos financeiros

São contratos que dão origem a ativos financeiros, a passivos financeiros ou a instrumentos patrimoniais. As Demonstrações Financeiras devem indicar a significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e financeira e a natureza e extensão dos riscos resultantes desses instrumentos.

c) Créditos

Referem-se aos direitos junto a funcionários e a fornecedores.

e) Valores a recuperar

Correspondem a valores a recuperar junto aos órgãos fiscais, tributários e previdenciários.

f) Despesas antecipadas

Referem-se a pagamentos antecipados a fornecedores para apropriação nas respectivas competências.

g) Investimentos

Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição e deduzidos de provisão para perdas consideradas permanentes pela Administração.

h) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios e outros equipamentos, as instalações, as edificações e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros são demonstradas pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Instituto ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida, que compreendem softwares adquiridos de terceiros são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. O Instituto não possui bens intangíveis.

j) Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01/R1, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis dispõe sobre procedimentos no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, que a entidade deve avaliar, no mínimo ao fim de cada exercício social, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, situação que tornaria necessária a estimativa do valor recuperável do ativo.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto Cooperforte são analisados a cada período de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de desvalorização, a Associação estima o valor recuperável do ativo, que deve ser o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (imparidade), reconhecida no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2021, não há evidência quanto à necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de perda provável, quando aplicável, são divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

l) Provisão de férias e encargos

A provisão de férias e encargos está constituída de acordo com a legislação trabalhista vigente, com base no período aquisitivo de cada empregado, acrescida dos respectivos encargos sociais.

m) Tributos e contribuições

O Instituto, nos termos do artigo 12 da Lei nº 9.532/1997 e Art. 10 da Lei nº 9.718/1998, na condição de instituição sem finalidade lucrativa, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais, nos termos do art. 150, inciso VI, alínea "C", da Constituição Federal.

No que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a entidade não apura lucro, portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/1988, artigos 1º e 2º.

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17/12/2002, artigo 9º, inciso III. Conforme incisos I e II, artigo 46 deste Decreto, as entidades relacionadas no artigo 9º, as instituições de educação e de assistência social que preencham as condições e requisitos do art. 12 da Lei nº 9.532/1997, não contribuem para o PIS/PASEP sobre o faturamento.

Para fins de contribuição da COFINS a entidade é isenta, nos termos do art. 14, inciso X, da MP nº 2.158/2001, sendo que a isenção alcança receitas decorrentes das atividades próprias.

Considerando que a isenção não alcança as receitas financeiras e que o Decreto nº 8.426 de 1º de abril de 2015, revogou o Decreto nº 5.442 de 09/05/2005 que reduzia a zero as alíquotas do PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, o Instituto passou a calcular e recolher a COFINS sobre as receitas financeiras à alíquota de 4% (quatro por cento).



n) Provisões administrativas

São reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são divulgadas em Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos quais o Instituto tem por diretriz. O Instituto não possui obrigações não formalizadas.

q) Receitas e despesas

As receitas e as despesas sem restrição (não vinculadas às parcerias específicas) são reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas com restrição (vinculadas às parcerias específicas) são reconhecidas na proporção da execução das despesas vinculadas aos projetos/convenções/termos de parceria.

r) Trabalho voluntário

O Instituto Cooperforte registra os efeitos do trabalho voluntário nos termos da Lei nº 9.608/1998 e as alterações seguintes e da Resolução CFC nº 1.409/2012.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Banco do Brasil - conta movimento	20.596	16.945
Deposito a prazo COOPERFORTE (a)	7.006.366	6.163.873
Total	7.026.963	6.180.818

(a) As aplicações sem restrições para resgates (recursos próprios, sem vinculação às parcerias específicas), junto à COOPERFORTE, são depósitos a prazo de modalidade de RDC - Recibo de Depósito Cooperativo, RDC-i - Recibo de Depósito Cooperativo Indexado e RDC-p - Recibo de Depósito Cooperativo Prêmio, contratados por 60 meses com renda fixa pós-fixada, cujas remunerações foram capitalizadas até a data do balanço e são de disponibilidade para saque imediato com os rendimentos.

O Instituto não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

5. Investimentos

O saldo é representado por integralização de capital, atualizado mensalmente, conforme demonstrado:

Descrição	2021	2020
COOPERFORTE Ltda	233	227
Total	233	227

6. Imobilizado

Corresponde ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada, de bens destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. As depreciações acumuladas são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme demonstrado:

Descrição	Taxa	Saldo Inicial	Aquisições	Baixa	Depreciação	Saldo Final
Móveis de uso	10%	1.930	-	-	(358)	1.572
Equipamentos de uso	10%	1.620	-	-	(329)	1.291
Equipamentos de processamento de dados	20%	30.864	-	-	(15.016)	15.849
Total 2021		34.414			(15.703)	18.712
Móveis de uso	10%	2.525	-	-	(595)	1.930
Equipamentos de uso	10%	1.995	-	-	(375)	1.620
Equipamentos de processamento de dados	20%	38.386	8.492	-	(16.013)	30.864
Total 2020		42.906	8.492		(16.984)	34.414

7. Encargos sociais

O saldo é constituído pelas obrigações que o Instituto Cooperforte possui em relação à Previdência Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço:

Descrição	2021	2020
INSS a recolher	22.260	23.376
FGTS a recolher	5.158	4.532
Total	27.418	27.908

8. Obrigações tributárias

Correspondem às obrigações de impostos e contribuições a recolher, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2021	2020
IRRF a recolher	8.642	6.964
PIS s/Fogag a recolher	645	614
PIS/COFINS/CSLL a recolher	27	37
ISS a recolher	-	100
COFINS s/rendimentos de aplicações financeiras	2.181	433
Total	11.495	8.147

9. Patrimônio líquido

a) O patrimônio líquido é constituído pelo patrimônio social, acrescido dos resultados (superávits e/ou déficits) apurados a cada exercício social.

b) No exercício de 2021, o Instituto apurou superávit de R\$ 640.244.

c) Conforme previsto no Estatuto, no artigo 30, no caso de dissolução do Instituto, o respectivo Patrimônio Líquido será transferido à outra pessoa jurídica qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, nos termos da Lei nº 9.790/1999.

Descrição	2021	2020
Patrimônio social	6.349.764	5.517.401
Superávit/(déficit) acumulado	640.244	832.363
Total	6.990.008	6.349.764

10. Receitas/Custos com trabalho voluntário

O Instituto apoia e recebe os efeitos do trabalho voluntário como uma obrigação estatutária. No exercício de 2021 o Instituto não recebeu os serviços de voluntários, em função do isolamento social recomendado pelas autoridades sanitárias do país.

Descrição	2021	2020
Receitas com voluntariado	-	21.840
Custos com voluntariado - proventos e encargos	-	(21.840)
Total	-	-

11. Receitas de contribuições e doações

Descrição	2021	2020
Receitas de contribuições da Instituidora (a)	2.590.474	3.173.425
Receitas de contribuições de associados	72.211	69.285
Receitas de doações (b)	64.419	7.492
Total	2.727.104	3.250.201

(a) Referem-se aos repasses da COOPERFORTE para custeio da estrutura física, administrativa e dos projetos sociais apoiados pelo Instituto, objetivando a realização de seu propósito.

(b) O aumento refere-se ao recebimento de doações, no valor total de R\$ 55.647, destinadas à aquisição e distribuição de cestas básicas as organizações sociais que atendem o público em situação de vulnerabilidade social.

12. Receitas operacionais de rendimentos financeiros

Descrição	2021	2020
Rendimentos de aplicações financeiras (a)	303.072	162.320
Sobras recebidas da Instituidora	99.045	131.269
Total	402.117	293.589

(a) A variação observada nos rendimentos de aplicações financeiras se deve, principalmente, ao reflexo da elevação da Taxa Selic nas remunerações dos depósitos a prazo, segundo as condições de mercado.

13. Custos e despesas operacionais com programas de Educação

O saldo é representado pelas despesas vinculadas diretamente aos projetos do Instituto, incluindo, além do Repasse Financeiro, Assistentes Sociais e Monitoramento, as despesas relativas a salários, encargos e benefícios dos funcionários envolvidos diretamente na condução e monitoramento dos projetos:

Descrição	2021	2020
Repassse financeiro	207.784	359.076
Assistentes sociais	90.720	157.357
Monitoramento	1.457	73.795
Despesas administrativas de projetos	24.015	30.341
Outros projetos	5.100	76.539
Salários, encargos e benefícios	1.331.274	1.265.616
Total	1.660.349	1.962.724

As despesas operacionais com programas de educação referem-se a atendimento a projetos sociais nos segmentos de Beleza e Estética, Artesanato, Tecnologia, Segurança, Vendas e Administrativo.

14. Despesas de operacionalização técnica e administrativa

Refere-se ao Convênio de Operacionalização Técnica e Administrativa, firmado com a COOPERFORTE, em 17/08/2018, que garante ao Instituto Cooperforte a realização das atividades: Contábeis, Financeiras, Administrativas, Tecnológicas, Jurídicas, de Comunicação, de Governança e de Controladoria.

Descrição	2021	2020
Operacionalização Técnica e Administrativa	359.891	340.395
Total	359.891	340.395

15. Despesas tributárias

Referem-se aos registros de valores de impostos e taxas/contribuições provisionadas para pagamento no prazo legal:

Descrição	2021	2020
COFINS rendimentos aplicações financeiras (Nota 12)	12.123	6.492
IPTU	1.550	1.503
Outros	-	5
Total	13.672	8.000

16. Despesas de prestação de serviços

Descrição	2021	2020
Auditoria externa	10.841	17.647
Serviços de conservação e limpeza	-	286
Consultoria em gestão	80.999	42.980
Medicina do trabalho	4.377	3.546
Total	96.216	64.459

17. Outras receitas/ (despesas) operacionais

Outras receitas/(despesas) operacionais	2021	2020
Recursos recebidos de eventos específicos	562	699
Descontos obtidos	3.573	855
Recuperação de recursos de projetos e administrativos	-	8.218
Demais	6	5
Total de outras receitas	4.141	9.777
Outras despesas com pessoal (treinamento/cursos)	(23.908)	(31.962)
Viagens e transporte	(4.482)	(4.473)
Luz e água	(12.400)	(9.987)
Seguros diversos	(4.067)	(6.442)
Despesas legais	(36.895)	(15.865)
Doações	(55.647)	(3.000)
Diversas despesas operacionais	(52.876)	(51.215)
Despesas bancárias	(12.111)	(12.163)
Total de outras despesas	(202.385)	(135.106)
Resultado	(198.244)	(125.329)

18. Ativos e passivos contingentes

Com base nos relatórios dos assessores jurídicos, não existem ações judiciais trabalhistas, fiscais ou cíveis tramitando contra ou a favor do Instituto.

19. Partes relacionadas

No quadro abaixo, demonstramos as transações com a COOPERFORTE, Instituidora do Instituto:

Descrição	2021	2020
Saldo de depósitos a prazo de aplicação financeira na COOPERFORTE	7.006.366	6.163.873
Posição de capital investido na COOPERFORTE	233	227
Contribuições de repasses recebidos da COOPERFORTE no período (competência) (a)	2.590.474	3.173.425
Ressarcimentos de custos à COOPERFORTE por despesas incorridas no período	469.885	416.242
Operacionalização técnica e administrativa (b)	359.891	340.395
Outros ressarcimentos de custos à COOPERFORTE (c)	109.994	75.847

(a) Em 2021 a COOPERFORTE manteve a sua contribuição ao Instituto Cooperforte, em 3% do resultado operacional da Cooperativa.

(b) Refere-se ao ressarcimento de despesas à COOPERFORTE, conforme Convênio de Operacionalização Técnica e Administrativa.

(c) Corresponde ao ressarcimento de custos para utilização do espaço físico na sede da COOPERFORTE, conforme Instrumento de Comodato firmado com a Cooperativa, além dos gastos com a realização da Assembleia Geral.

20. Seguro empresarial

Em razão de termo de comodato, os bens utilizados pela entidade estão segurados em apólice de seguro empresarial, modalidade Compreensivo Empresarial, contratado junto à Allianz Seguros S/A, pela Instituidora, a COOPERFORTE, com vigência de 29 de janeiro de 2021 a 29 de janeiro de 2022.

Brasília (DF), 07 de abril de 2022.

José Rogaciário dos Santos
Presidente

Paulo Odair Pointevin Frazão
Superintendente

Aline Jaguaribe
Contadora CRC-RJ 08701409



2.6 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Associados da
Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte (“Instituto”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

2.6 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Instituto é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

2.6 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



2.6 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP034519/O-F

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-1RS062793/O-8



2.7 PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

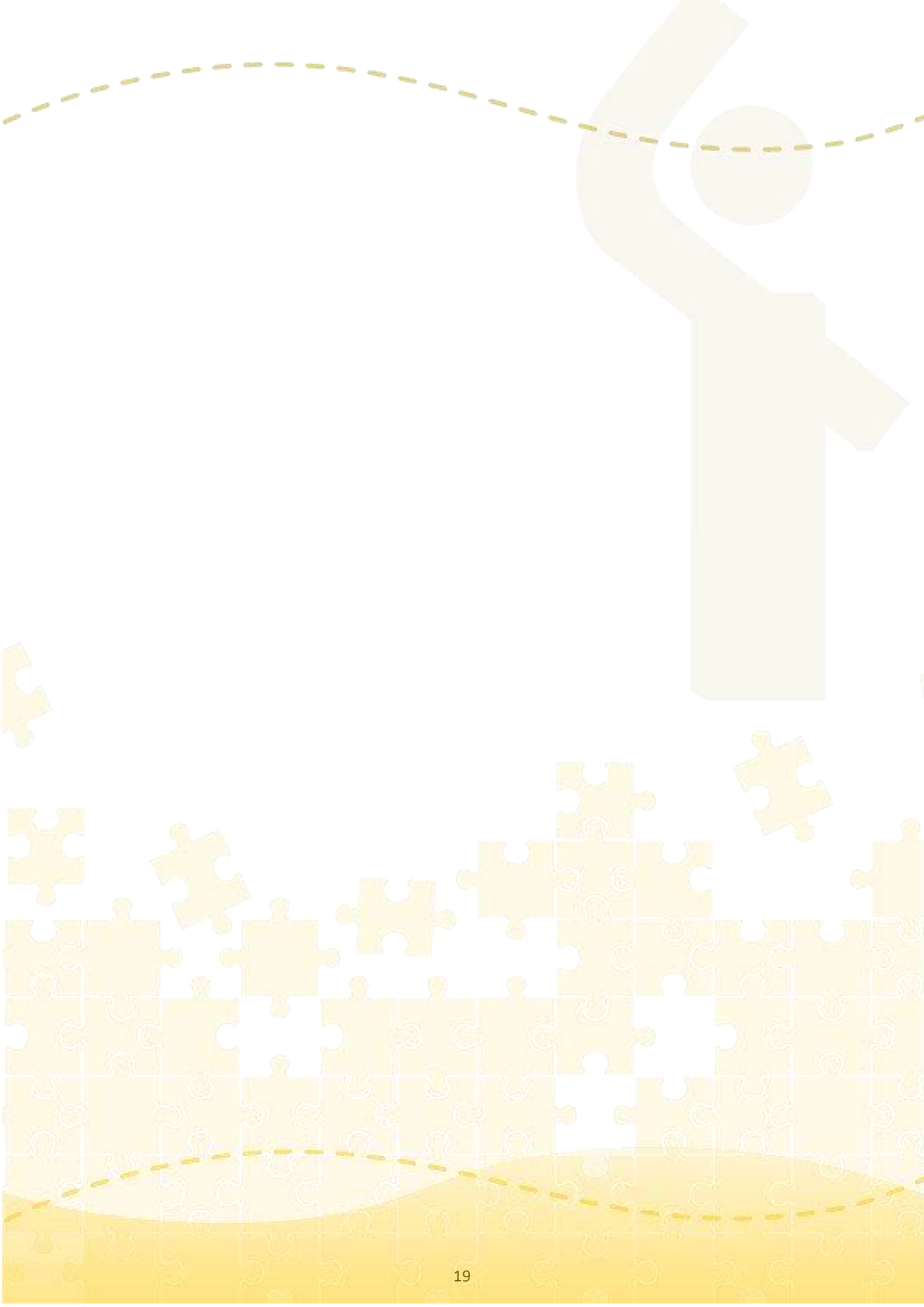
O CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO HUMANA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – INSTITUTO COOPERFORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou a Mensagem da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas a 31 de dezembro de 2021. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito, nos esclarecimentos prestados pela Administração e no relatório da auditoria sobre as demonstrações financeiras, emitido pela Ernst & Young, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação da Assembleia Geral.

Brasília, 08 de abril de 2022

José Alípio dos Santos
Presidente do Conselho

Levi Pereira da Rocha
Conselheiro Secretário

Paulo Sérgio Navarro
Conselheiro





www.ic-cf.org.br



@institutocooperforte



@institutocooperforte